

1. INTRODUÇÃO

O objeto do nosso estudo é o conceito de doutrinação. O referencial teórico utilizado para as análises é a teoria de Oliver Reboul e Michel Löwy, em que o primeiro trará os esclarecimentos sobre o conceito de doutrinação e o segundo sobre ideologia. O principal objetivo deste trabalho é demonstrar que a doutrinação não é uma prática específica de grupos políticos, mas sim, ponto em comum a qualquer ideologia e sistema de crenças.

O trabalho compreende que há equívocos e divergências no que se compreende como doutrinação, embora o termo seja amplamente utilizado entre grupos políticos. Preocupa que não exista clareza no emprego do termo, uma vez que o equívoco no uso do conceito acarreta tensões sociais. No Brasil, a organização Escola sem Partido acredita numa ampla contaminação ideológica nas escolas e que as crianças e adolescentes são vítimas de doutrinação esquerdista. Sob este argumento, professores são filmados, gravados e denunciados por alunos; projetos de lei, que limitam a atuação do professor, estão sendo propostos no poder legislativo dos três entes da federação. Queremos dizer, pelo equívoco no uso do termo, surgem diversas implicações políticas e jurídicas, dado que os casos que envolvem professores e alunos chegam ao poder judiciário.

A teoria de Oliver Reboul esclarece que o conceito de doutrinação é diferente de neutralidade, propaganda e ensino. Há diferença entre o ensino doutrinário e ensino, no entanto, a doutrinação reside no método e não nos conteúdos, ou seja, não cabe cercear temas sociais controversos, como estudos sobre gênero, alegando que o ensino destes temas é doutrinação. O conceito de ideologia será necessário para demonstrar que a ideologia é o pano de fundo da doutrinação e ambas estão intrinsecamente ligadas, uma vez que toda ideologia possui uma face doutrinadora. A hipótese final, portanto, é que a doutrinação não é a da “doutrina do inimigo”, e sim que qualquer ideologia e sistema de crenças possui uma face doutrinária, como parte intrínseca de sua organização.

A pesquisa inicia expondo a organização Escola sem Partido, uma vez que, no Brasil, a ideia de doutrinação foi, inicialmente, utilizada por ela, gerando tensão entre a organização, professores, pais, alunos e atores políticos.

2. O PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO

O projeto EsP baseia-se no princípio da neutralidade política e ideológica do Estado e parte do pressuposto de que o Brasil é uma sociedade livre (APRESENTAÇÃO, s/d). Portanto, apresenta o ideal de educação da seguinte forma

Numa sociedade livre, as escolas deveriam funcionar como centros de produção e difusão do conhecimento, abertos às mais diversas perspectivas de investigação e capazes, por isso, de refletir, com neutralidade e equilíbrio, os infinitos matizes da realidade. (APRESENTAÇÃO, s/d)

No entanto, acredita que, no Brasil, nas escolas públicas e particulares, há uma prática difundida do que denomina de “doutrinação ideológica” por parte de grupos de professores, que se utilizam da docência para influenciar alunos do ensino fundamental e médio, com suas próprias ideologias, consideradas hegemônicas (APRESENTAÇÃO, s/d). As crianças e adolescentes, portanto, estariam sendo vítimas de um assédio ideológico por parte de grupos e correntes políticas. Passando a escola, então, a ser um mero local de reprodução ideológica (APRESENTAÇÃO, s/d).

O projeto afirma que no Brasil existe um notável problema de instrumentalização do ensino para fins políticos e ideológicos (APRESENTAÇÃO, s/d), fazendo com que jovens e adolescentes passem por uma alienação para defender grupos políticos. O projeto seria, portanto, a priori, um espaço para que pais e alunos compartilhassem experiências vivenciadas em sala de aula com os professores que possuem uma visão unilateral, preconceituosa ou tendenciosa das questões políticas e sociais, que ridicularizam e desqualificam outros enfoques e matizes da realidade, que intimidam visões opostas dos alunos.

Ademais, o EsP incentiva que os pais relatem se observam que os filhos

[...] estão engajados na execução de um projeto de engenharia social, que supõe a implementação de uma **nova escala de valores**, envie-nos uma mensagem relatando sua experiência (acompanhada, se possível, de elementos que possam comprová-la). (APRESENTAÇÃO, s/d, grifos nossos)

É importante observar quando o texto do site oficial fala de “uma nova escala de valores”, que seriam valores diferentes aos professados pelo aluno e seu âmbito doméstico. O movimento EsP afirma prezar pela liberdade de pensamento e pluralismo de ideias (APRESENTAÇÃO, s/d).

O projeto original consiste na simples ideia de afixar em todas as salas de aula um cartaz descrevendo seis deveres do professor, que são: (1) O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias; (2) o professor não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas,

ideológicas, morais ou religiosas ou da falta delas; (3) o professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas; (4) ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria; (5) o professor respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que estejam de acordo com suas próprias convicções; (6) o professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula (DEVERES DO PROFESSOR, s/d).

A organização é iniciativa conjunta de estudantes e pais que creem que nas escolas de seus filhos existe “contaminação político-ideológica” em todos os níveis de ensino (NAGIB, s/d). É inspirada pela experiência de pais e alunos norte-americanos que fundaram uma organização com idênticas metas e valores, a *No Indoctrination Org.*

O item 05 (cinco) do “material subversivo para imprimir e distribuir na sua escola ou na escola de seu filho” EsP nega que a liberdade de expressão do professor será cerceada com o projeto, pois afirma que, na realidade, o professor, na prática das suas atividades em sala de aula, **não possui liberdade de expressão**, uma vez que está preso à ementa de ensino da instituição (MATERIAL SUBVERSIVO, s/d). É como se não houvesse como cercear uma liberdade que nem ao menos existe.

Cabe ressaltar que o ESP considera que estes professores que promovem a doutrinação dos alunos, na realidade, são “militantes travestidos de professores” que se utilizam da “liberdade de cátedra” e do segredo das salas de aula para impor ideologias à jovens e adolescentes (NAGIB, s/d). Percebemos que existe certa contraditoriedade entre as informações impressas nas fontes, pois o arquivo “material subversivo para imprimir e distribuir na sua escola ou na escola de seu filho” afirma que **não existe liberdade de cátedra**, mas nas palavras de Miguel Nagib, coordenador e idealizador do projeto, **o professor abusa da liberdade**. Ademais, não encontramos qual o conceito de doutrinação considerado pela organização, ou o conceito de ensino.

3. IDEOLOGIA

3.1 VISÃO SOCIAL DE MUNDO, IDEOLOGIA E UTOPIA

Segundo Löwy, o termo Ideologia foi inventado por Destutt de Tracy e, inicialmente, o termo foi um subcapítulo de zoologia e referia-se ao estudo científico das ideias como

produto da interação sensorial dos organismos vivos com o meio ambiente. (LÖWY, 2015, p. 18)

O termo foi empregado por Marx e, a priori, foi inspirado no sentido de Destutt, mas tomou outro sentido, isto é, “como equivalente à ilusão, falsa consciência, concepção idealista na qual a realidade é invertida e as ideias aparecem como motor da vida real.” (LÖWY, 2015, p. 19). Conforme o autor, Marx aponta a religião, filosofia, moral, direito, doutrinas políticas etc. como as formas ideológicas por meio das quais a sociedade toma consciência da vida real. Seriam estes os “prismas” pelos quais a sociedade vê a realidade de forma distorcida, isto é, ideologicamente.

Em Marx, as ideologias dominantes são as ideias das classes dominantes, isto é, da burguesia. Portanto, a gênese da ideologia está nas relações de classe e de dominação, por isto seu caráter ilusório, pois sua função é manter relações de poder. A Ideologia advém das classes dominantes.

Na obra de Lenin a Ideologia ganha outro sentido. Lênin a vê como “qualquer concepção da realidade social ou política, vinculada aos interesses de certas classes sociais” (LÖWY, 2015, p. 19). Assim, por conseguinte, há uma ideologia burguesa e uma ideologia proletária. Este uso do termo retira o caráter pejorativo e o expande, de modo que, a partir deste uso, passa a ser possível referir-se pelo termo Ideologia a “qualquer doutrina ou realidade social que tenha vínculo com uma posição de classe” (LÖWY, 2015, p. 19).

O sociólogo Karl Mannheim destaca o conceito de Utopia do termo Ideologia.

Para ele, ideologia é o conjunto das concepções, ideias, representações, teorias, que se orientam para a estabilização, ou legitimação, ou reprodução, da ordem estabelecida. São todas aquelas doutrinas que tem um caráter conservador no sentido amplo da palavra, isto é, consciente ou inconscientemente, voluntária ou involuntariamente, servem à manutenção da ordem estabelecida. Utopias, ao contrário, são aquelas ideias, representações e teorias que aspiram uma outra realidade, uma realidade ainda inexistente. Têm, portanto, uma dimensão crítica ou de negação da ordem social existente e se orientam para sua ruptura. Deste modo, as utopias têm uma função subversiva, uma função crítica e, em alguns casos, uma função revolucionária. (LÖWY, 2015, p. 20)

Assim, Ideologia e Utopia fazem parte de um fenômeno mais abrangente, chamado por Löwy de ‘visão social de mundo’, que são “todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, ideias e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas” (LÖWY, 2015, p. 20).

3.2 SIGNIFICADO FORTE – IDEOLOGIA COMO FALSA MOTIVAÇÃO

O sistema de crenças políticas julga e qualifica determinadas situações de poder, emitindo juízos de valor, que avaliam como bom ou útil e “dessa maneira motivam os comportamentos de comando e os comportamentos de obediência” (STOPPINO, 2016, p. 595). Neste sentido, os ‘juízos de valor’ são a falsa motivação dos comportamentos que escondem, sob uma racionalização errônea dos indivíduos, os reais motivos do comando e da obediência.

Exemplificamos: a obediência das esposas aos maridos pode ser motivada com base em dogmas e doutrinas religiosos; entretanto, para a noção de Ideologia como falsa motivação, a razão dos comportamentos de comando e de obediência da esposa e do marido não se encerram em suas motivações, pois que “muito frequentemente os homens não têm consciência das forças que os impelem a agir e dão às suas ações causas imaginárias, muito diversas das causas reais” (PARETO, apud STOPPINO, 2016, p. 595).

Segundo Mario Stoppino, “a ideologia como falsa motivação é análoga ao conceito psicanalítico de “racionalização”, com o qual se designa, precisamente, a elaboração de motivos fictícios para as próprias ações ou para os próprios comportamentos, cujos moventes reais permanecem inconscientes” (STOPPINO, 2016, p. 595). A diferença entre o conceito de racionalização e de Ideologia está em que o primeiro se refere a dimensão do comportamento individual e o segundo a dimensão do comportamento social/coletivo, isto é, a racionalização está para o indivíduo como a Ideologia está para a sociedade.

Estas noções interligam as ideias de Ideologia e poder, pois, desta forma, a Ideologia torna-se instrumento de dominação e manipulação. Conforme Mario Stoppino, “esta formulação da específica natureza social da Ideologia é claramente uma generalização do ponto de vista de Marx; porque é exatamente em Marx [...] que a Ideologia como falsa motivação se insere explicitamente nas relações de dominação do homem sobre o homem.” (STOPPINO, 2016, p. 595)

3.3 SIGNIFICADO FRACO

Para o significado fraco, ideologia é “um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos” (STOPPINO, 2016, p. 585). Neste sentido, então, ideologia é um conceito neutro, não crítico ou pejorativo.

Segundo Stoppino (2016), o significado fraco de ideologia tem predominado na ciência e na sociologia política, em duas acepções, quais sejam: (i) acepção geral e (ii) acepção particular. Nas quais, a primeira está na interpretação de sistemas políticos, análise comparativa entre regimes e na “investigação empírica dirigida à averiguação de crenças políticas como se apresentam nos estratos politizados ou na massa dos cidadãos” (STOPPINO, 2016, p. 585). Enquanto que a segunda acepção é a contraposição entre ideologia e pragmatismo.

Conforme Carl J. Friedrich, Ideologia é um “sistema de ideias conexas com a ação que compreendem tipicamente um programa e uma estratégia para sua atuação e destinam-se a mudar ou a defender a ordem política” (FRIEDRICH, apud STOPPINO, 2016, p. 286).

Outro sentido está em Easton, segundo o qual Ideologias são interpretações e princípios éticos que dirigem a vida política, apresentando resposta acerca do passado e previsões do futuro. Ademais, as ideologias dividem-se em partidárias [relativas ao governo], legitimantes [relativas ao regime] e comunitárias [relativas a comunidade política]; em síntese, seriam, na realidade, o que chama ‘Ideologia para todos’, isto é, os três tipos de Ideologia fazem parte de visões políticas, como o Liberalismo, Conservadorismo, Socialismo etc. (EASTON, apud STOPPINO, 2016, p. 286) A Ideologia carrega em seu conceito uma face dirigida à ação, uma face ativista, mobilizadora.

Stoppino refere-se, ainda na definição de Ideologia em sentido fraco, a nove traços característicos gerais de Ideologia, elaborados por Edward Shils: 1) formulação explícita; 2) alto grau de integração e solidez sistemática, obtidas através de proposições cognitivas e valorativas; 3) destaque das diferenças em relação aos demais sistemas de crenças e ideologias; 4) negação, diminuição da significação e resistência a inovações no sistema ideológico; 5) Exigência de obediência no pensamento e na conduta dos seguidores, bem como exigência de atuação prática; 6) carga emotiva; 7) consentimento completo de quem a aderir; 8) caráter autoritário; 9) “nexo com qualquer forma de associação coletiva, com a finalidade de manter a disciplina e de traduzir em realidade o sistema ideológico” (STOPPINO, 2016, p. 588). Nesta definição, ideologias não, necessariamente, terão caráter político.

Mario Stoppino indica o momento do surgimento das Ideologias

As Ideologias surgem normalmente em períodos de crise, quando a visão do mundo dominante não consegue satisfazer novas e pressionantes necessidades sociais e pedem imperiosamente aos próprios seguidores uma

transformação total da sociedade, ou o afastamento dela. (STOPPINO, 2016, p. 588, grifos nossos)

Ainda nas definições do Dicionário de Política, Mario Stoppino elucida a distinção de Sartori dos (i) sistemas ideológicos e (ii) sistemas pragmáticos. Os sistemas ideológicos possuem as dimensões (i.1) cognitiva e (i.2) emocional, das quais a primeira dimensão é ramificada nas mentalidades (i.1.1) dogmática e (i.1.2) doutrinária. A mentalidade (i.1.1) dogmática é rígida e impermeável a fatos e argumentos, enquanto a mentalidade (i.1.2) doutrinária “faz apelo aos princípios e à argumentação dedutiva” (STOPPINO, 2016, p. 588) A dimensão (i.2) emotiva dos (i) sistemas ideológicos compreende o elemento passional da ideologia e sua face ativista. Este conceito de ideologia pode explicar a potencial conflitualidade entre sistemas ideológicos. Segundo Mario, “a contraposição de dois sistemas ideológicos de crenças está associada a uma mentalidade fechada e de forte carga emocional ou passional” (STOPPINO, 2016, p. 588).

Por esta formulação dos sistemas ideológicos, Mario Stoppino afirma

Além disso, a Ideologia, assim analisada, pela sua anunciada heterogeneidade de composição, é o instrumento fundamental que as elites políticas têm à disposição para conseguir a mobilização política das massas e para elevar, a um grau máximo, a sua manipulação. (STOPPINO, 2016, p. 589)

Quer dizer, as elites políticas aproveitam esta formulação dos sistemas ideológicos para, até mesmo, acirrar os conflitos e alcançar a mobilização política. Por outro lado, as elites políticas têm sua marca nos sistemas pragmáticos, que são caracterizados por soluções consensuais, o estabelecimento de compromissos e transações que visam saídas práticas. Nestes sistemas, a mentalidade tende a ser aberta e a carga emocional é inexistente ou muito baixa, a ponto de não interferir consideravelmente nos resultados. (STOPPINO, 2016, p. 588)

Por estes conceitos, podemos compreender que a Ideologia carrega diversos sentidos, que sintetizamos assim: no sentido fraco, a Ideologia é considerada como (i) um sistema de ideias, crenças e valores relativos a ordem social e política; tem natureza (ii) dogmática, (iii) doutrinária, (iv) ativista, (v) conservadora e/ou (vi) utópica; no sentido crítico, pode ser vista como (vii) instrumento de manipulação, (viii) falsa motivação de comportamentos sociais e (ix) forma de dominação [não restringimos a questões de classe]; ademais, as Ideologias tem (x) potencial caráter conflituoso.

4. DOUTRINAÇÃO

4.1 OS TREZE CASOS DE DOUTRINAÇÃO

Reboul (1980) descreve treze casos em que a doutrinação ocorre no ensino. Advertimos que não devem ser vistos como absolutos, pela lógica do “tudo ou nada”.

1º) Ensinar doutrina perniciosa: ensinar doutrinas perigosas para o próprio destinatário e para a sociedade. No entanto, segundo o autor, talvez seja necessário o correr de certo tempo para poder observar as consequências daquela doutrina (REBOUL, 1980), ademais, com base neste argumento, da perniciosidade de certas doutrinas, pode-se justificar erroneamente a supressão e a censura (REBOUL, 1980, p. 4); 2º) Utilizar o ensino para propagar doutrina partidária: neste caso não se fala mais em doutrina perigosa, mas em doutrina partidária e o seu ensino em local inadequado: a escola (REBOUL, 1980, p. 5).

3º) Fazer aprender sem compreender aquilo que deveria ser compreendido: aquilo que é aprendido sem ser compreendido, pode ser aprendido como sagrado, isto é, como verdade absoluta, sem que o seja. Ocorre quando o aluno aprende de “cor” aquilo deveria ser objeto de reflexão, compreensão, crítica. É natural que alguns conteúdos de ensinos sejam aprendidos deste modo, como determinados conceitos, fórmulas, personagens, denominações, classificações. O caso três, sem dúvida, é o mais vago. No entanto, pode ser usado como parâmetro nas situações que envolvem o ensino de **doutrinas** e não, por exemplo, de processos matemáticos ou conceitos teóricos. Para que não haja doutrinação no ensino de ideologias, o conteúdo deve ser devidamente compreendido e criticado (REBOUL, 1980, p. 5-6); 4º) Utilizar, para ensinar, o argumento de autoridade: aqui, utiliza-se de uma figura para reforçar um ensino doutrinário. Isto é considerado doutrinação porque não dá ao destinatário a possibilidade de descobrir, por si mesmo, que é tratado como menor (REBOUL, 1980, p. 6)

5º) Ensinar com base em preconceitos: a doutrinação, neste caso, incide no conteúdo e não apenas no modo de ensinar. Um ensino que expressa o preconceito de ordem nacionalista ou racista é naturalmente tendencioso (REBOUL, 1980, p. 7); 6º) Ensinar com base numa doutrina como se fosse a única possível: o professor explica uma doutrina utilizando o modelo explicativo, isto é, não expõe as controvérsias. Neste caso, é doutrinação pois o ensino despreza as demais visões. (REBOUL, 1980, p. 8); 7º) Ensinar como científico aquilo que não é: afirmar que a ciência prova algo que nunca provou. Utilizar o argumento científico para dar veracidade e objetividade àquilo que é subjetivo e parcial. (REBOUL, 1980, p. 8)

8º) Não ensinar senão os fatos favoráveis à sua doutrina: orientar o ensino, fazê-lo tendencioso, de modo a expor apenas os fatos a favor da doutrina, ocultando os fatos negativos. (REBOUL, 1980, p. 8); 9º) Falsificar os fatos para apoiar a doutrina: neste caso,

não basta apenas ocultar, aqui, há, de fato, a distorção dos fatos para apoiar a doutrina. Mentir sobre estatísticas, histórias etc. Forjar uma realidade. (REBOUL, 1980, p. 9); 10º) Selecionar arbitrariamente esta ou aquela parte do programa de estudo: quando, por exemplo, ensinam a filosofia kantiana, mas não ensinam a filosofia niilista. A doutrinação ocorre quando as escolhas pedagógicas tem sentido ideológico. (REBOUL, 1980, p. 10); 11º) Exaltar, no ensino, determinado valor em detrimento dos outros: quando o ensino assume uma faceta maniqueísta, criando inimigos internos e externos. Exalta os valores de determinados setores e distorce outros (REBOUL, 1980, p. 11); 12º) Propagar o ódio por meio do ensino: típico do fanatismo, normalmente amparado sob o argumento “amo você, mas odeio o que você faz”, o que sustenta grotesco erro lógico. “O espírito doutrinário é muitas vezes, se não sempre, baseado no ódio” (REBOUL, 1980, p. 11); 13º) Impor a crença pela violência: este é o caso limite de doutrinação, quando o ensino torna-se violência psíquica. É próprio da doutrinação dissimular-se como vítima. O pensamento pode ser reprimido a ponto de não mais poder refletir. A violência utilizada na doutrinação não é física, mas sim indireta, através de chantagens, sedução, censura. (REBOUL, 1980, p. 13)

Finalmente, ao explicitar os treze casos de doutrinação, teremos a base necessária para outras reflexões. É preciso saber, no entanto: embora estes casos sejam suficientemente abrangentes, nem tudo é doutrinação. É o que trataremos a seguir.

4.2 DOCTRINAÇÃO E NEUTRALIDADE

Reboul (1980) acredita que o papel da educação é criar adultos livres e autônomos e que, não obstante, é possível ser um ensino verdadeiro sem que seja neutro (REBOUL, 1980, XV).

Doutrinação não significa “doutrina do adversário”, isto é, não se pode chamar doutrinação apenas o ensino daquelas doutrinas que não condizem com minhas próprias crenças, pois, se fosse assim, bastaria encontrar qual a verdadeira e melhor doutrina (REBOUL, 1980, p. XVIII). Como vimos, a doutrinação faz partes dos sistemas ideológicos, isto é, não podemos avaliar qual a ideologia verdadeira, tampouco, a doutrina verdadeira.

Difícilmente alguém dirá as expressões “eu doutrino” e “nós doutrinamos” (REBOUL, 1980, p. 3), pois não se pode confessar este ato, uma vez que enunciá-lo desfaz a característica principal da doutrinação: a dissimulação. O doutrinador não admitirá que o faz, dado que “doutrinar”, de modo geral, é visto como algo pejorativo e objeto de acusação de uma doutrina para outra. “Doutrinar é fazer o que a gente não diz” (REBOUL, 1980, p. 3).

Três processos históricos marcaram profundamente as sociedades ocidentais modernas, são eles: (i) Reforma Protestante, (ii) desenvolvimento do Estado Moderno e a (iii) ciência moderna (RAWLS, 2011, p. XXIV).

Por meio destes três processos somos caracterizados pelo relativismo no campo da moral, filosofia, ciências humanas e sociais, política, religião e etc. Apenas os conhecimentos das ciências naturais e exatas reservam algum grau de certeza e consenso sobre seus resultados. As disciplinas que não possuem enunciados objetivos, ou seja, as ciências (*lato sensu*) humanas, tem processos e resultados incertos e passíveis de discussão (REBOUL, 1980, p. XVIII). Reboul (1980, p. XIII) acredita que são estas disciplinas que enriquecem o ensino.

Paul Johnson (1994) acredita que a confirmação da teoria da relatividade, de Albert Einstein, tenha sido a precursora dos ânimos pós-modernos pela relativização. Em 1917, Einstein publicou a equação $E=mc^2$ (JOHNSON, 1994, p. 1) e em 1919 sua teoria foi confirmada (JOHNSON, 1994, p. 2). A partir de então

Compreendeu-se que o tempo absoluto e a distância absoluta tinham sido destronados; e o movimento curvilíneo. De repente, nada parecia certo nos movimentos das esferas. “O mundo está desconjuntado”, como tristemente observara Hamlet. [...] No princípio dos anos 20 surgiu uma crença, pela primeira vez em nível popular, de que não havia quaisquer absolutos: de tempo e espaço, de bem e mal, de conhecimento, sobretudo de valores. (JOHNSON, 1994, p. 2)

A relatividade foi uma das mais influentes ideias do século XX, responsável por iniciar toda uma ordem de reflexões sobre valores nas sociedades ocidentais. Segundo Johnson “[...] serviu para arrancar a sociedade de suas amarras tradicionais da fé e da moral da cultura judaico-cristã” (JOHNSON, 1994, p. 4). Esta contextualização histórica nos insere na ideia de que as sociedades – ocidentais, pós-moderna – não suportam a ideia de que haja uma teoria, doutrina ou ideologia verdadeira ou melhor que as demais. Isto abre espaço para a pluralidade de doutrinas e o ambiente de disputa entre elas.

Rawls (2011) acerca destes processos históricos nos diz que, primeiro, a (i) Reforma Protestante foi responsável por fragmentar a unidade religiosa imposta durante a idade média, conseqüentemente, permitindo o pluralismo religioso “com todas as suas conseqüências para os séculos posteriores” (RAWLS, 2011, p. XXIV).

O segundo processo é, então, o (ii) desenvolvimento do Estado moderno, com o poder central expresso pela figura dos monarcas, que tinham domínio absoluto [ou quase] (RAWLS,

2011, p. XXIV). Por fim, o terceiro foi o (iii) desenvolvimento da ciência moderna, que retirou da igreja o mérito de ser a única fonte de informação confiável, questionou argumentos de autoridade baseados em verdades teológicas e mudou a forma de percepção sobre a natureza, até chegarmos no avanço científico da teoria da relatividade, que mudou toda a estrutura de crenças e dogmas religiosos, filosóficos, morais etc.

O autor descreve cinco traços característicos do cristianismo medieval:

Tendia a ser uma religião **autoritária**: sua autoridade – a própria Igreja dirigida pelo papado – era institucional, central e quase absoluta, embora a autoridade suprema do papa fosse às vezes contestada, como no período conciliar dos séculos XIV e XV.

Era uma **religião de salvação**, um caminho para a vida eterna, e a salvação exigia a fé verdadeira, tal como a Igreja ensinava.

Era, portanto, uma **religião doutrinária**, que tinha um credo no qual se deveria obrigatoriamente acreditar.

Era uma **religião de sacerdotes** que detinham a autoridade exclusiva de dispensar os meios da graça, meios que normalmente eram essenciais à salvação.

Finalmente, era uma **religião expansionista** de conversão que não reconhecia nenhum limite territorial à sua autoridade que não fosse o mundo como um todo. (RAWLS, 2011, p. XXV, grifos nossos).

Portanto, com a quebra da autoridade deste modelo de religião descrito acima, o espaço social/político/ideológico passa a ser aberto para o “surgimento, no interior da mesma sociedade, de uma religião rival, diferente em alguns aspectos” (RAWLS, 2011, p. XXV), mas ainda com muitas características semelhantes, pois os protestantes “eram tão dogmáticos e intolerantes quanto o catolicismo romano havia sido” (RAWLS, 2011, p. XXV).

O que queremos inferir citando a relatividade e os três processos históricos referidos por Rawls é que, repetimos, (i) nas sociedades pós-modernas ocidentais, convivem inúmeras doutrinas rivais e (ii) não se pode pressupor uma doutrina – seja ela religiosa, filosófica, moral, política etc. – superior às demais, sobretudo nos Estados que optam pelo modelo Liberal e pelo regime democrático. Ademais, todo este processo histórico iniciou as noções modernas de liberdade de consciência e de pensamento (RAWLS, 2011, XXV). O pluralismo viabiliza a liberdade.

Portanto, numa sociedade liberal, a obrigação de neutralidade não existe (REBOUL, 1980), pois, cada pessoa possui suas próprias opiniões/crenças e o princípio fundamental da liberdade autoriza-nos a expressá-las, exatamente por que há uma variedade de doutrinas disseminadas na sociedade, todas merecem ser respeitadas, não há preterições, inclusive no ambiente escolar.

A não neutralidade não é sinônimo de doutrinação, pois a doutrinação, para que se concretize, requer que o ensino tenha um *modus operandi* específico. Em sociedades livres, não somos obrigados nem a professar ideologias divergentes da nossa própria e, nem ao menos, manifestar-nos com neutralidade.

Reboul diz “Se acuso alguém, de opinião diversa da minha, de doutrinar em lugar de ensinar, e ele me acusa da mesma coisa, é que temos um e outro, um mesmo ponto em comum: a mesma ideia de ensino” (REBOUL, 1980, XIX), isto significa que “ensinar” é diferente de “doutrinar”, no entanto, a doutrinação é uma forma de ensino. Logo, se “doutrinar” é espécie do gênero “ensino”, é possível crer que existe um ensino ideal, ou a melhor forma de ensinar, embora não exista uma doutrina ideal, melhor ou preferida em detrimento de outras (REBOUL, 1980, XIX).

Isto demonstra que “doutrinação” não é a doutrina do adversário. Todas as ideologias são passíveis de serem ensinadas utilizando-se do método doutrinário. Uma sociedade liberal tende a chamar de doutrinação o ensino do marxismo, ou sociedades cristãs podem acusar de doutrinação o ensino de religiões contra hegemônicas. Entretanto, reafirmamos, um ensino que não é neutro não necessariamente será doutrinário.

4.3 DOCTRINAÇÃO E PROPAGANDA

A segunda afirmativa pertinente a esta subseção é a de que (ii) doutrinação não é o mesmo que propaganda, embora ambas sejam dissimulações, nunca podem ser confessadas para que sejam eficazes (REBOUL, 1980, p. 13). Reboul entende por propaganda “Tanto a agitação política quanto a publicidade, ou a guerra psicológica, em suma toda ação simbólica destinada a fazer agir as massas em função de certo fim.” (REBOUL, 1980, p. 13)

Tanto doutrinação quanto propaganda escondem os seus verdadeiros meios, fins, os fatos que as desmentem, os pontos de vistas divergentes e as suas fontes (REBOUL, 1980, p. 13). A propaganda pode utilizar-se de publicidade subliminar, de ocultação de informações ou de informações tendenciosas. Bem como, tem uma face positiva e outra face perniciosas: será positiva quando induz as massas a causas válidas como desarmamento, filantropia, hábitos saudáveis e etc.; e será perniciosas quando for, por exemplo, racista, xenófoba, discriminatória, e assim por diante (REBOUL, 1980, p. 14).

Independentemente se for positiva ou perniciosas, a propaganda sempre terá motivações partidárias (REBOUL, 1980, p. 14) e as seguintes características:

[...] Utiliza naturalmente a **repetição maciça**: de uma palavra de impacto, de um *slogan*, de uma imagem; ainda quando o elemento repetido não tem sentido (3º caso), como o nome de uma marca, uma saudação, um emblema, a repetição condiciona as massas, congrega-as, arrasta-as. A propaganda usa naturalmente o **argumento de autoridade** (4º caso); a autoridade de um homem (Stalin, Mao); a de uma profissão: “Seu médico (ou seu garagista) lhe dirá que...”; a de todo mundo? “Por que não você?”, “todo mundo faz, faça você também”. **Apoia-se nos pre-conceitos e nos estereótipos** (5º caso) [...]. (REBOUL, 1980, p. 14)

Além destas características, citamos ainda: a propaganda apresenta seu ponto de vista como o único possível; tende a utilizar linguagem científica para dar credibilidade ao seu conteúdo; expõe tão somente os fatos favoráveis; seleciona valores e é maniqueísta, assim, apontando sempre um personagem ou uma ideologia como inimiga e utilizando a imagem do inimigo como algo que deve ser combatido em nome do “bem” (REBOUL, 1980, p. 14).

A propaganda não é necessariamente mentirosa, na realidade, provavelmente, utilize-se mais de “meias verdades” do que de mentiras. Por este motivo, Reboul diz que a propaganda “lesa menos a verdade do que a liberdade” (REBOUL, 1980, p. 15), pois leva os seus destinatários a fazer coisas que, sem a dissimulação da propaganda, talvez não fariam.

O autor lista cinco diferenças entre a doutrinação e a propaganda política, mas, além destas, há uma diferença essencial: a imediaticidade. A propaganda visa obter ações imediatas e a curto prazo. Enquanto que a doutrinação não visa resultados rápidos, mas sim, é um plano a longo prazo de manutenção do poder. Busca formar os cidadãos do futuro (REBOUL, 1980, p. 15). “Manifestar”, “votar”, “torcer” são exemplos de propaganda, mas “inculcar a ideologia do partido é doutrinação” (REBOUL, 1980, p. 15). Por isso, o objetivo da propaganda não é ser coerente, é mobilizar as pessoas para agir de determinada forma, de outro lado, o objetivo da doutrinação é “fazer crer”.

As cinco diferenças são: (i) o objetivo da propaganda não é educar, é mobilizar; (ii) doutrinação não dirige-se às massas, mas sim a grupos pequenos de pessoas; (iii) propaganda não almeja ser lógica e racional, por isso pode utilizar-se de repetições sem sentido e figuras de linguagem como a hipérbole, mas a doutrinação usa argumentos que, normalmente, fazem sentido e previne-se, portanto, de críticas; (iv) doutrinação e propaganda usam linguagens diferentes, no sentido de que a primeira tem por escopo persuadir para promover mudanças íntimas nos doutrinados, e a propaganda adequa-se ao perfil do destinatário, uma vez que, visa uma atitude imediata, a propaganda não tem tempo de mudar as pessoas, mas a doutrinação sim; (v) a propaganda nem sempre usará de dissimulação. Muitas vezes, um partido pode

confessar que está fazendo propaganda de sua ideologia. No entanto, a doutrinação sempre será dissimulada, jamais confessada (REBOUL, 1980, p. 16).

A propaganda, para ser eficaz, precisa estar apoiada numa doutrinação prévia dos destinatários, caso contrário, corre-se o risco de as massas não aderirem suas palavras de ordem. É necessário que as pessoas, primeiramente, creiam para que, então, mobilizem-se. Embora, é verdade, por vezes a propaganda pode ser tão poderosa e massiva a ponto de mobilizar rapidamente, mesmo sem doutrinação prévia.

Segundo Serge Tchakhotine (1967), impressionava – e, ainda hoje, impressiona – a todos o fato de Hitler ter chegado ao poder sem sangue e sem golpe. A Alemanha passava a imagem de estabilidade política em meio ao caos mundial e Hitler era a imagem de um país forte, ele era a propaganda da própria ideologia. A política de Hitler venceu o plebiscito com 99% de aprovação, sem jamais utilizar violência para alcançar este resultado. Serge levanta a tese de que Hitler venceu pela “violência psicológica” (TCHAKHOTINE, 1967, p. 344).

A violência psicológica está no uso racional das técnicas de psicologia social – behaviorismo, psicologia objetiva, teoria dos reflexos condicionados etc. (TCHAKHOTINE, 1967) para o convencimento daquelas pessoas que estão passivas. Segundo Tchakhotine, para os propagandistas, agitadores e organizadores, pouco importa aquela minoria engajada socialmente, importa a maioria passiva, pois é pela aderência destes que os resultados políticos são determinados (TCHAKHOTINE, 1967). Os cidadãos passivos são “a chave da propaganda política” (TCHAKHOTINE, 1967, p. 350).

A propaganda política hitlerista precisava atingir dois públicos distintos: (i) 10% da sociedade que vivia ativamente a sua cidadania, importava-se com questões públicas e não seria facilmente mobilizado por símbolos políticos, insígnias e frases de efeito; para estes, a propaganda é chamada racio-propaganda: fazia-se através da racionalidade dos discursos, entrevistas de rádio, matérias de jornais, reuniões com debates e etc. O outro público era formado pelos (ii) 90% restantes da população que estavam passivas ante as questões políticas do país: para estes, a propaganda é chamada de senso-propaganda e é feita pelo uso de “símbolos e ações que atuam sobre os sentidos, que causam emoções” (TCHAKHOTINE, 1967, p. 354), procura-se impressionar as massas fazendo grandes manifestações, emprego de bandeiras, símbolos sonoros, desfiles muito bem organizados.

O que ambos estilos de propaganda têm em comum é a capacidade de gerar comportamentos impulsivos: no caso da racio-propaganda, gera o impulso por interesses políticos e econômicos nos destinatários, enquanto no caso da senso-propaganda gera o

impulso combativo e desperta o desejo de estar incluso nas massas (TCHAKHOTINE, 1967, p. 354).

Pelo exemplo da Alemanha nazista queremos elucidar as características da propaganda que foram descritas alhures. Embora, doutrinação e propaganda sejam métodos para atingir o mesmo objetivo – perpetuação do poder e manipulação social -, agem de formas diferentes sobre os ânimos e é necessário distingui-los, sobretudo porque, sabendo a diferença entre ambos, podemos nos imunizar.

3.5 DOCTRINAÇÃO E ENSINO

Reboul (1980) afirma “a doutrinação é um tipo de ensino” (REBOUL, 1980, p. 19). O termo *doctrina* significava “ensino”. Ainda hoje, chamamos de “doutrinadores” os professores que ensinam matérias pertinentes ao Direito e, neste sentido, o termo não possui um aspecto negativo. Entretanto, o sentido da palavra “doutrina” tornou-se pejorativo em seus outros usos.

Dentre outras diferenças, o que distingue doutrinação e ensino de propaganda e condicionamento é que as primeiras “instruem” seus destinatários, enquanto as segundas agem sobre emoções e condutas. O autor explica “os doutrinadores jamais dizem que doutrina e, sim, que ensinam. E suas vítimas não pensam que são doutrinadas e, sim, que aprendem” (REBOUL, 1980, p. 19). Portanto, ser doutrinado é “aprender” sobre determinada doutrina, é receber instruções. A diferença primordial entre doutrinação e ensino é que “a primeira faz-se passar pela segunda” (REBOUL, 1980, p. 19)

Existem cinco pontos de semelhança entre ensino e doutrinação e são:

(i) Autoridade: sempre haverá um professor ou um doutrinador, isto é, os sujeitos que “instruem”. São vistos como representantes legítimos para ensinar – ou doutrinar – e o fazem em nome da religião, da sociedade, da humanidade, da ciência etc. Mesmo no caso dos autodidatas, sempre são ensinados ou doutrinados por alguém, ainda que por livros e mídias (REBOUL, 1980, p. 20);

(ii) A longo termo: doutrinação e ensino são atividades duráveis, diferentemente da informação e da propaganda. Requer tempo para que matérias de ensino e doutrinas sejam repassadas ao destinatário, pois ambos buscam modificar crenças e consolidá-las (REBOUL, 1980, p. 20)

(iii) Instituição: tanto ensino quanto doutrinação estão inseridos em instituições, ou seja, não são exercidos por uma só pessoa. Os professores estão inseridos num sistema de

ensino e os doutrinadores estão inseridos em determinado sistema de crenças professadas por outras pessoas.

Se a doutrinação é, por vezes, coisa de apenas um indivíduo, o fundador de uma seita, por exemplo, não será duradoura se não se apoiar numa instituição, por exemplo, a seita uma vez fundada. (REBOUL, 1980, p. 20)

A doutrinação pode ser tanto oposta ao ensino oficial quanto pode se confundir com ele (REBOUL, 1980)

(iv) A pedagogia: tanto ensino quanto doutrinação tem método, didática e pedagogia. Assim como o ensino, a doutrinação deve “simplificar, classificar as dificuldades, ilustrar, motivar, etc.” (REBOUL, 1980, p. 21). A doutrinação também tem sua pedagogia, pois tem por escopo a crença dos indivíduos. Não é possível modificar a crença de uma pessoa no evolucionismo sem explicar, ilustrar e facilitar a compreensão do criacionismo.

(v) Sistema de noções: uma crença não pode ser isolada, deve estar integrada num todo complexo de crenças. A crença na “mais-valia” não faz sentido se isolada do marxismo, assim como a crença na “mão invisível do Estado” não faz sentido se distante do estudo do liberalismo clássico. O sistema de noções é o que referênciava um ensino ou uma doutrinação, caso contrário, a pergunta que seguirá a instrução será “de onde você tirou isso?”. Reoul exemplifica

Suponhamos que se queira persuadir uma criança da seguinte proposição: “Deus mandará para o inferno os que se masturbam”. Cabe ver aí uma dupla doutrinação: religiosa, porque o inferno não é realidade evidente [...]; moral, porque cabe muito bem admitir que o onanismo absolutamente não é falta. De qualquer modo, não se pode inculcar essa crença senão a crianças que já possuam todo um sistema de crenças que lhes permita recebê-la [...]. (REBOUL, 1980, p. 21)

Portanto, a questão é: se doutrinação não é propaganda, nem condicionamento, e possui algumas semelhanças com o ensino – embora não o seja realmente –, então, o que é? “Doutrinação é o ensino que versa sobre uma doutrina” (REBOUL, 1980, p. 22). Então, o que é doutrina? “Doutrina, s. f. Conjunto de princípios que servem de base a um sistema religioso, político ou filosófico” (BUENO, 2007, p. 268) ou, conforme definição citada pelo autor “conjunto de noções que se afirma serem verdadeiras e mediante as quais se pretende fornecer uma interpretação dos fatos, orientar ou dirigir a ação” (ROBERT, apud REBOUL, 1980, p. 22)

A doutrina possui quatro caracteres, segundo Reoul, são eles: (i) constitui um conjunto de noções; (ii) “afirma”, “pretende”: pois não está comprovada, evidente e objetiva.

Compõe-se de uma série de preconceitos; (iii) tem por escopo “orientar ou dirigir a ação”: diferentemente das teorias, a doutrina não apenas explica, mas também dogmatiza e é normativa. Não se fala “doutrina da relatividade”, mas fala-se “doutrina cristã”. Não se julga uma doutrina como verdadeira ou falsa, mas como má, perigosa, útil, boa, justa. Sobre as doutrinas recaem juízos de valor e não de fato; (iv) doutrinas, por essência, pretendem ser comunicadas, professadas, ainda que sejam secretas. Toda doutrina almeja ter seguidores (REBOUL, 1980).

As doutrinas podem ser doutrinadas ou ensinadas. Pode-se ensinar uma doutrina quando não dissimula seus efeitos, refere-se a ela utilizando a terceira pessoa e, sobretudo, quando cita as inconsistências, os pontos passíveis de discussão. No entanto, se se refere a uma doutrina deformando fato, dissimulando as incertezas inerentes à doutrina, atribuindo erroneamente objetividade e cientificidade. “Doutrinar é ensinar uma doutrina como se não fosse doutrina. É, então, ideologia” (REBOUL, 1980, p. 23). Reboul conclui

[...] ensinar uma ideologia é denunciá-la. [...]
Tal a diferença essencial. “Professa-se” uma doutrina, não uma ideologia.
Esta se situa por detrás do ensino; domina-o sem que ele o saiba; é o que o torna parcial, orientado, odioso, etc.
A doutrina só doutrina se for ideologia. (REBOUL, 1980, p. 24)

Portanto, o que faz um ensino ser doutrinário é a ideologia que está sendo dissimulada, está sendo afirmada como verdadeira sem que realmente seja.

Gayle Durham Hollander, na obra *Doutrinação Política Soviética* (1974), expõe acerca das escolas e associações juvenis soviéticas. O autor explica que as crianças entravam nas escolas já com algum apego emocional pelo país e a um partido político e, nas escolas, esta vinculação era fortalecida e dada uma dimensão cognitiva, racional, intelectual. As crianças começavam a formar conceitos e visões mais concretas sobre política, “há uma absorção gradativa de algum ponto de vista ideológico” (HOLLANDER, 1974, p. 36).

Dados resultantes de estudos americanos mostram que, mesmo num sistema em que relativamente pouca ênfase é colocada numa aberta educação política, a escola é um agente importante de socialização política, especialmente para o desenvolvimento de sentimentos de lealdade, de orientação ideológica e de sujeição às normas de comportamento de cidadão. (HOLLANDER, 1974, p. 36)

O que contribuiu para a eficiência das escolas soviéticas como agentes de formação ideológica foi o currículo escolar que oferecia uma visão política unilateral, que salientavam “apenas a visão marxista e leninista da realidade” (HOLLANDER, 1974, p. 37). A filosofia e

a história eram ensinadas com uma seleção de fatos e conceitos que acentuavam as ideologias do partido. Bem como, os professores também eram parte fundamental da formação política da criança/adolescente: eram influenciadores, “representante da autoridade da sociedade” (HOLLANDER, 1974, p. 37) e um modelo adulto a ser seguido. “As visões alternativas da política são ridicularizadas ou ignoradas, e o Marxismo-Leninismo é apresentado como a base de todo conhecimento – social, político e científico” (HOLLANDER, 1974, p. 37).

O que se pretende ao trazer o exemplo das escolas soviéticas é, por um lado, deixar palpável ao leitor os conceitos trazidos no trabalho e, por outro lado, mostrar que todo ensino é passível de ser deformado em doutrinação. A sutilidade do método, sobretudo pela dissimulação, é a forma pela qual o ensino passa a ser reprodução ideológica.

Theodor W. Adorno, em *Educação e Emancipação* (1995), afirma que “o centro de toda educação política deveria ser que Auschwitz não se repita” (ADORNO, 1995, p. 137). Nesta oportunidade, citamos novamente o que Reboul acreditar ser ensino: “formar seres adultos: seres capazes de assumir sua responsabilidade e manter seu compromisso, pensar por si mesmos, respeitar os fatos, ainda quando vão contra sua vontade, e ouvir os outros, ainda quando os contradigam” (REBOUL, 1980, p. XV).

A educação deve ter por escopo formar a consciência, ensinar crianças e adolescentes pensarem por si próprios e, assim, crescerem autônomas, auto responsáveis. Adorno diz “É necessário contrapor-se a uma tal ausência de consciência, é preciso evitar que as pessoas golpeiem para os lados sem refletir a respeito de si próprias” (ADORNO, 1995, p. 121). Apenas o ensino não dissimulado pode formar adultos responsáveis, compromissados. A educação deve estimular seu destinatário a exercer uma autorreflexão crítica, a capacidade e os meios necessário de questionar a si mesmo, seus próprios impulsos e condutas, e a sociedade em que vive.

Para Adorno, “o único poder efetivo contra o princípio de Auschwitz seria autonomia, para usar a expressão kantiana; o poder para a reflexão, a autodeterminação, a não-participação” (ADORNO, 1995, p. 125). A formação de indivíduos autônomos não deixa precedentes para a manipulação social, no entanto, só é possível fazê-lo mediante um ensino que toque em pontos nevrálgicos da sociedade, que exponha os horrores das condutas consideradas socialmente aceitáveis – como o machismo, a violência estatal através da militarização, a intolerância escondida nas religiões que pregam amor.

O ensino, sobretudo das ciências humanas e sociais, para que seja verdadeiro, deve ressaltar aquilo que é característica central destas disciplinas: a contestabilidade, a não objetividade. Para evitar Auschwitz é necessário falar de Auschwitz e, principalmente,

procurar suas causas. E isto aplicamos a todas as defecções sociais, políticas, culturais, econômicas, etc. – por exemplo, para evitar a homofobia, é necessário falar de homofobia e suas causas. O mesmo sobre a corrupção, escravidão, violência etc.

O perigo de que tudo aconteça de novo está em que não se admite o contato com a questão, rejeitando até mesmo quem apenas a menciona, como se, ao fazê-lo sem rodeios, este se tornasse o responsável, e não os verdadeiros culpados. (ADORNO, 1995, p. 125)

O perigo de que problemas sociais perdurem na sociedade brasileira está em não se admitir que professores toquem em questões sociais sensíveis, exigindo deles uma neutralidade impossível e insustentável. O perigo está em rejeitá-los e torná-los responsáveis pela crueldade e violência instalada na sociedade, pelo fato de mencioná-las sem rodeios.

CONCLUSÃO

A partir do exposto, podemos responder ao problema central [em que consiste a ideia de doutrinação?] da seguinte forma: doutrinação faz parte da dimensão cognitiva dos sistemas ideológicos, fazendo apelo à princípios e à argumentação dedutiva; a ideologia precisa ser compreendida, para que possa gerar ações nos indivíduos. Assim, é necessário que exista um sistema de crenças. No entanto, estas crenças são ideológicas, isto é, estão interligadas a uma visão social de mundo, que não pode ser avaliado como verdadeiro ou falso, melhor ou pior. Ademais, ressaltamos, estas características não são peculiares a ideologia “x” ou “y”, mas a qualquer ideologia. A característica mais importante da doutrinação é a dissimulação e é nesta característica que o ensino se diferencia do ensino doutrinário.

O que previne a doutrinação não é a censura a determinados conteúdos, como o ensino de teorias feministas, sexualidade, marxismo etc., mas, na realidade, a formação de uma mentalidade amplamente crítica, capaz de questionar a própria realidade e os sistemas ideológicos em que está inserida. Ao cercear determinados temas, criam-se bolhas de realidade, isolando o contato de estudantes com as diversas visões sociais de mundo, isto é, possibilidades e formas de vida. A doutrinação não está na matéria em si, mas no método utilizado para ensinar.

Por fim, acreditamos que, de modo algum, cercear temas poderá prevenir a doutrinação, ao contrário, fortalece o falseamento das ideias e a formação de crianças e adolescentes que não tiveram contato com visões sociais de mundo diferentes daquelas ensinadas no âmbito doméstico, isto é, indivíduos incapazes de questionar, de criticar e ter uma formação autônoma. Não importa o que é ensinado, sempre haverá uma ideologia, seja ela marxista ou liberal, ateuista ou religiosa. No entanto, ensinar acerca de uma ideologia não é

doutrinação, a não ser que apenas uma ideologia seja ensinada como verdade e as demais como inimigas e falsas. Necessário que se tenha clareza acerca do conteúdo deste conceito, sobretudo para que as demandas judiciais sejam avaliadas sob melhor juízo, caso cheguem aos tribunais, e para que os direitos fundamentais dos professores sejam assegurados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Tradução Wolfgang Leo Maar. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

APRESENTAÇÃO. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/apresentacao>>. Acessado em: 05. out. 2017.

DEVERES DO PROFESSOR. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/images/bann.pdf> >. Acessado em: 06. out. 2017.

HOLLANDER, Gayle Durham. **Doutrinação Política Soviética**: os progressos nos meios de comunicação de massas e de propaganda desde Stalin. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. 1ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1974.

JOHNSON, Paul. **Tempos Modernos - o mundo dos anos 20 aos 80**. Tradução Gilda de Brito Mac-Dowell, Sérgio Maranhão da Matta. 1ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

LÖWY, Michael, **Ideologias e Ciência Social – elementos para uma análise marxista**. 20ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MATERIAL SUBVERSIVO. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/images/flder.pdf>>. Acessado em: 06. out. 2017.

NAGIB, Miguel. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/quem-somos>>. Acessado em: 06. out. 2017.

QUEM SOMOS. Disponível em: <<http://www.cenpec.org.br/quem-somos/>>. Acessado em: 09 mai. 2018

REBOUL, Oliver. **A Doutrinação**. Tradução da Equipe da CEN. 1ª ed. São Paulo: Ed. Nacional: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

STOPPINO, Mario. **Ideologia**. In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. V. 1. Tradução Carmen C. Varriale, Gaetano Lô Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. 13ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

TCHAKHOTINE, Serge. **A Mistificação das Massas Pela Propaganda Política**. Tradução Editora Civilização Brasileira S.A. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

TILLY, Charles. **Democracia**. Tradução de: Raquel Weiss. Petrópolis - RJ: Vozes, 2013.